

Asl

R.
w

Instituto de Higiene e Medicina Tropical
Universidade Nova de Lisboa

Relatório de Gestão | 2016

1. Introdução	2
2. Análise de execução orçamental, financeira e patrimonial	5
2.1. Análise de execução orçamental	5
2.1.1. Execução da receita e despesa global	5
2.1.2. Execução da receita e despesa: Orçamento de Estado	6
2.1.3. Execução da receita e despesa: receitas próprias	7
2.2. Análise da situação financeira e patrimonial.....	16
2.2.1. Balanço	16
2.2.2. Demonstração de resultados por natureza	17
3. Perspetivas	19

1. Introdução

O Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) é uma unidade orgânica da Universidade Nova de Lisboa (UNL), cuja missão é dirigida às áreas das Ciências Biomédicas, Medicina Tropical e Saúde Internacional, visando o ensino, a investigação, a prestação de serviços à comunidade (clínicos, laboratoriais e de saúde pública), a contribuição para a resolução de problemáticas de vital importância para a saúde global em geral, e das regiões tropicais em particular, a cooperação e a divulgação do conhecimento científico.

O Conselho de Gestão é o órgão que garante a gestão administrativa, patrimonial, financeira e dos recursos humanos do IHMT, sendo presidido pelo Diretor.

Em 2016 a Direção continuou a implementar as suas várias agendas de trabalho: qualificação e deslocalização do ensino, reforço do ensino à distância, focalização da investigação, dinamização da cooperação, gestão e avaliação do conhecimento, rentabilização da prestação de serviços, observação da saúde, comunicação, proteção do património museológico, reorganização interna, recuperação das infraestruturas e valorização dos seus colaboradores. Foi nomeada uma Comissão Independente para fazer recomendações sobre a reforma da prática de clínica tropical no IHMT, nas suas diversas vertentes: consultas médicas, investigação, ensino e cooperação.

O **ensino** manteve-se a grande prioridade da nossa missão, a nossa **investigação** continuou a focar várias áreas de importância para a saúde global e a cooperação internacional permanece transversal a todas essas atividades.

O IHMT centrou-se na concretização dos objetivos que tinha definido no seu Plano de Ação para 2016, alinhado com a estratégia da NOVA. Garantir a continuidade na reforma administrativa, na gestão com valorização dos recursos humanos e na recuperação de património constituíram os principais objetivos a alcançar em 2016. Interessa destacar, na área de recursos humanos, a criação da Coordenação do Centro de Gestão de Informação e Conhecimento e a promoção do Erasmus Staff junto dos nossos colaboradores, que nos trouxeram experiências da Alemanha, Finlândia e Itália. Da intervenção nas nossas infraestruturas, realça-se a reconstrução do muro de vedação nascente, a construção de novos laboratórios, de uma nova sala de computadores, de um espaço destinado aos alunos, para estudo, convívio, trabalhos de grupo e apresentações. No âmbito do GHTM, a criação de um Biobanco que integrará preferencialmente amostras futuras e a organização de um Biorrepositório com coleções já existentes no Instituto.

Na oferta formativa do IHMT em 2016 contou-se com um total de 471 alunos inscritos, sendo 161 alunos de Mestrado (35% estrangeiros), 122 alunos de Doutoramento (55% estrangeiros) e 188 alunos de cursos

SM
R.
uL

de curta duração (34% estrangeiros). Do total de alunos inscritos em Mestrado, Doutoramento e cursos não conferentes de grau, 40% são estrangeiros, destacando-se as seguintes nacionalidades: Moçambicana (34%); Brasileira (24%); Angolana (13%); Cabo-Verdiana (6%) e Colombiana (4%).

O IHMT iniciou o Mestrado de Educação à Distância em Estatística para a Saúde e mantém uma oferta formativa em regime de eLearning conjugando sessões síncronas de streaming com as aulas assíncronas disponíveis na plataforma moodle. Foram acolhidos 57 estagiários e 7 alunos participaram em mobilidade Internacional (incoming, outgoing e Fellow Mundus). Realizaram-se 58 provas públicas: 49 defesas de dissertação de Mestrado e 9 defesas de tese de Doutoramento.

A atividade de investigação do IHMT foi desenvolvida e consolidada no âmbito do seu centro de investigação: o GHTM. Este centro é acompanhado e aconselhado pela comissão científica externa (SAB) que contribui significativamente para que o centro possuindo uma matriz multidisciplinar, mantenha o seu foco e a sua identidade.

Novos projetos iniciados em 2016 abordam doenças emergentes importantes, como Zika (H2020-UE), a perceção pública do uso de vetores geneticamente modificados dos vírus de Dengue e Chikungunya (FCT), a genómica e proteómica funcional de doenças transmitidas por carraças (FCT), o papel de microbiota na imunidade a Plasmodium (Gates Foundation), os determinantes, genómicos, socio-comportamentais e clínicos na prevenção e transmissão de VIH em migrantes. No âmbito do Centro Colaborador da OMS de Políticas e Planeamento da Força de Trabalho em Saúde, foram desenvolvidas atividades de formação e investigação.

A atividade científica do GHTM/IHMT foi reconhecida através da atribuição de prémios como a Bolsa de Investigação GICD/Bayer Portugal e o Prémio António Arnaut. O IHMT contou com 42,8 ETI que publicaram cerca de 170 artigos, dos quais mais de 120 em revistas indexadas com um valor médio de fator de impacto foi de 2,8. O melhoramento de infraestruturas e atração de novos investigadores tem sido uma das prioridades do GHTM, tendo sido contratados quatro Pós-docs e um investigador.

No que se refere à prestação de serviços à comunidade e em parceria com a Associação para o Desenvolvimento da Medicina Tropical (ADMT), o IHMT prestou serviços de consulta (medicina do viajante, medicina tropical e dermatologia tropical) e vacinação, tendo efetuado em 2016 mais de 10 000 consultas e administrado cerca de 20 000 vacinas. No IHMT é efetuado diagnóstico laboratorial especializado de aplicação à clínica e de natureza sanitária. O IHMT participou em missões de assessoria técnica no âmbito da CPLP e OMS. No que respeita ao Biotério foi aprovado o regulamento do órgão responsável pelo bem-

estar dos animais (ORBEA) e efetuou serviços especializados de experimentação animal em pequenos roedores para instituições de investigação e PME. Os insectários produziram mensalmente 21.000 mosquitos *Anopheles stephensi*, 18.000 *Anopheles gambiae* e 2.500 infeções experimentais com *Plasmodium berghei*. O IHMT contribui ainda para a divulgação da ciência destinada ao grande público através de atividades no âmbito do programa Ciência Viva, Dia Aberto e interação com os Media.

Realça-se, ainda, a renovação, até junho de 2020, da designação do IHMT-NOVA como Centro Colaborador da OMS para as Políticas e Planeamento da Força de Trabalho em Saúde, estatuto atribuído, pela primeira vez, em 2011. O Instituto passou, também, a integrar a Worldwide Insecticide Resistance Network, do Special Programme for Research and Training in Tropical Diseases (TDR), da OMS.

Dos eventos científicos realizados, destacam-se:

- O Seminário sobre Planeamento em Saúde, coorganizado com a NOVA Saúde e com a Fundação Friedrich Ebert, que contou com mais de 400 inscritos, de 23 países da Europa, Américas, África e Ásia;
- O Workshop internacional de cursos sobre vetores, coorganizado com o TDR, da OMS;
- O Seminário sobre Big Data, Desenvolvimento Sustentável e a Ciência Aberta, com o Institut Français du Portugal e em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz;
- A 35ª Edição do European Course in Tropical Epidemiology, coordenado pelo IHMT-NOVA;
- O Workshop sobre Doenças Transmitidas por Vetores, coorganizado pelo IHMT-NOVA e Novasaúde;
- A 7ª edição das Jornadas Científicas do IHMT.

Em termos de valorização e reconhecimento pela sociedade portuguesa, no quinto Dia Aberto recebemos cerca de 270 visitantes e mantivemos a nossa presença nos media, com 460 notícias publicadas em 2016.

No âmbito da cooperação, o IHMT estabeleceu quatro protocolos de colaboração com instituições estrangeiras (3 no Brasil e 1 em Cabo Verde), recebeu a visita do Secretário de Estado de Angola, da Embaixadora de Cuba em Portugal, do Diretor do Swiss Tropical and Public Health Institut e integrou uma missão a Angola, no âmbito do surto de febre-amarela. O Instituto deu formação a médicos da Guiné Equatorial e acolheu um estagiário do Instituto Nacional de Saúde Pública da Guiné-Bissau. O diretor do Instituto visitou Moçambique para reforço de parcerias com instituições de saúde e de ensino.

Apresenta-se de seguida uma análise económica, financeira e do património do Instituto, como complemento às demonstrações financeiras do ano de 2016, cumprindo o princípio da transparência das contas do IHMT assumido pela nossa gestão.

2. Análise de execução orçamental, financeira e patrimonial

2.1. Análise de execução orçamental

2.1.1. Execução da receita e despesa global

A receita cobrada no ano de 2016 atingiu o montante de 7.688.549,36€, do qual 1.994.928,04€ de saldo de gerência anterior, correspondendo a 25,95% do total. As transferências do Orçamento de Estado (OE) representam 47,67%, as transferências de entidades financiadas pelo OE 9,44%, as transferências provenientes da União Europeia (UE) 1,12% e as receitas próprias 15,82% da receita total.

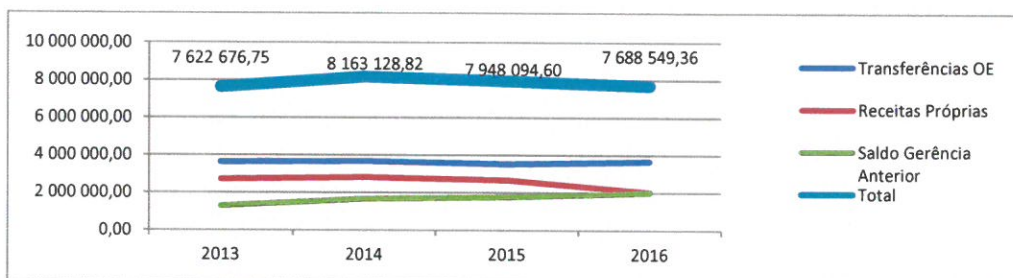


Gráfico 1 – Evolução das receitas arrecadadas

Face ao ano anterior, verificou-se um decréscimo da receita total arrecadada de aproximadamente 3,27% (correspondendo a 259.545,24€), justificado pela redução de 27,75% das transferências de entidades financiadas pelo OE e pela redução de 21,39% das receitas próprias, destaque para as transferências provenientes da Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. (FCT) com um decréscimo na ordem dos 27,27%.

A despesa total paga no ano de 2016 atingiu o montante de 5.975.170,27€. Cerca de 60,91% da despesa total foi paga por verbas provenientes do OE. Comparativamente a 2015 houve um pequeno aumento no total dos pagamentos, cresceram 0,37%.

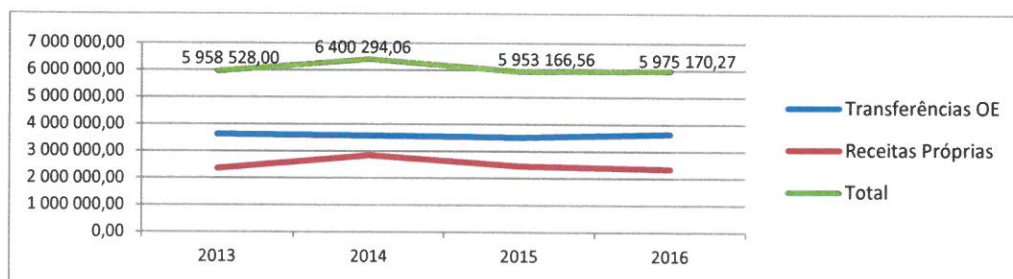


Gráfico 2 – Evolução das despesas pagas

LM
WL
R.

O saldo global ajustado é de -281.548,95€, verificando-se um ligeiro decréscimo no rácio de autofinanciamento, face ao ano anterior, na ordem dos 3,71%.

2.1.2. Execução da receita e despesa: Orçamento de Estado

(em euros)

DESIGNAÇÃO	2013	2014	2015	2016	Δ(14/13)%	Δ(15/14)%	Δ(16/15)%
1- Receitas correntes	3 599 347,00	3 649 672,00	3 499 641,00	3 644 855,00			
2- Receitas de capital	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00			
3- Total (1+2)	3 619 347,00	3 669 672,00	3 519 641,00	3 664 855,00	1,39	-4,09	4,13
4- Saldo gerência anterior	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL GERAL (3+4)	3 619 347,00	3 669 672,00	3 519 641,00	3 664 855,00			

Quadro 1 – Evolução da execução da receita – OE

As transferências provenientes do OE passaram de 3.519.641,00€ para 3.664.855,00€, constatando-se uma aumento de 4,13% (correspondendo a 145.214,00€) relativamente ao período homólogo.

O aumento na dotação do OE foi para fazer face ao aumento das despesas com pessoal resultantes da extinção da redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro.

(em euros)

DESIGNAÇÃO	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	Δ(14/13)%	Δ(15/14)%	Δ(16/15)%
1- Despesas correntes	3 589 280,15		3 544 386,27		3 488 611,71		3 619 917,63		-1,25	-1,57	3,76
a)- Pessoal	3 218 755,77	89,68	3 430 803,86	96,80	3 273 908,69	93,85	3 619 917,63	100,00	6,59	-4,57	10,57
b)- Outras despesas	370 524,38	10,32	113 582,41	3,20	214 703,02	6,15	0,00	0,00	-69,35	89,03	-100,00
2- Despesas de capital	19 471,67		19 999,11		18 608,68		19 799,06		2,71	-6,95	6,40
TOTAL GERAL (1+2)	3 608 751,82		3 564 385,38		3 507 220,39		3 639 716,69		-1,23	-1,60	3,78
Saldo gerência seg.	10 595,18		105 286,62		12 420,61		25 094,49		893,72	-88,20	102,04

Quadro 2 – Evolução da execução da despesa – OE

Em 2016, optou-se por pagar quase todas as despesas com o pessoal através das transferências provenientes do OE. Só foram excluídas aquelas que oneraram as receitas transferidas da FCT e da União Europeia.

Comparativamente ao ano anterior, as despesas com o pessoal passaram de 3.398.694,27€ (valor corrigido que inclui despesas pagas por transferências do OE e outras fontes de financiamento) para 3.619.917,63€, isto é aumentaram cerca de 6,51% (221.223,36€).

Importa referir que em 2015 o corte salarial, que vinha sendo aplicado desde 2011, já havia sido revertido em 20% e que os restantes 80% foram suprimidos ao longo de 2016.

Em 2016, os cortes salariais foram paulatinamente reduzidos, à velocidade de 25% em cada trimestre, a começar em janeiro. Em outubro, os funcionários passaram a receber um salário idêntico ao que usufruíam em 2010. Esta alteração, resultantes da aplicação da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, afetaram diretamente o total dos encargos com pessoal.

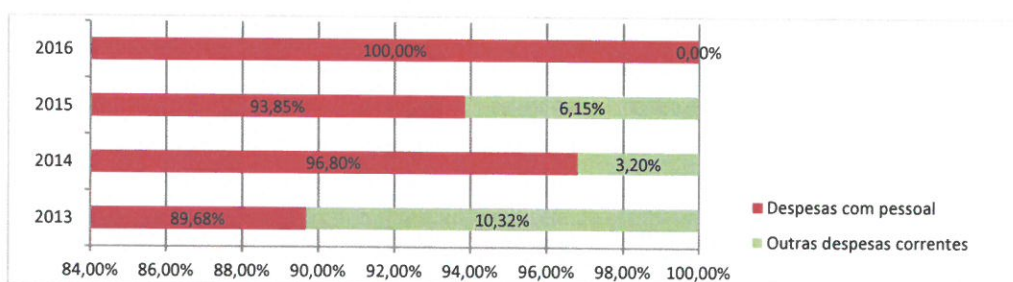


Gráfico 3 – Distribuição das despesas correntes executadas pelo OE

Contribuiu, ainda, para o aumento das despesas com o pessoal a nomeação de 5 Dirigentes: 1 Chefe de Divisão e 1 Coordenador Principal no final de 2015 e 2 Coordenadores Principais e 1 Coordenador em 2016.

O investimento realizado em 2016 ascendeu a 19.799,06€, justificado designadamente pela aquisição de estantes para os gabinetes da ala renovada da UEI Saúde Pública Internacional e Bioestatística no montante de 7.798,20€, pela aquisição de pequenos quadros magnéticos para os cursos no montante de 1.416,96€, pela aquisição de um sistema de microfones de mesa *wireless* no montante de 3.682,62€, pela aquisição de diversos equipamentos de ar condicionado no montante de 4.271,79€.

2.1.3. Execução da receita e despesa: receitas próprias

(em euros)

DESIGNAÇÃO	2013	2014	2015	2016	Δ(14/13)%	Δ(15/14)%	Δ(16/15)%
Propinas e outras taxas	736 936,12	826 752,17	811 418,28	770 114,30	12,19	-1,85	-5,09
Bens e serviços	292 899,94	538 369,98	462 317,65	282 388,87	83,81	-14,13	-38,92
Transferências	1 683 792,76	1 463 480,51	1 386 517,90	976 226,01	-13,08	-5,26	-29,59
Outras receitas	600,10	705,41	5 365,01	37,14	17,55	660,55	-99,31
1- Total	2 714 228,92	2 829 308,07	2 665 618,84	2 028 766,32	4,24	-5,79	-23,89
2- Saldo da gerência anterior	1 289 100,83	1 664 148,75	1 762 834,76	1 994 928,04			
TOTAL GERAL (1+2)	4 003 329,75	4 493 456,82	4 428 453,60	4 023 694,36	12,24	-1,45	-9,14

Quadro 3 – Evolução da execução da receita – receitas próprias

As receitas cobradas provenientes de receitas próprias e de transferências efetuadas por organismos financiados pelo OE e pela UE decresceram 23,89% face ao ano anterior. Essencialmente a receita

arrecadada, resulta de transferências correntes e de capital (24,26%), de propinas e outras taxas (19,14%) e da venda de bens e serviços correntes (7,02%). O saldo de gerência anterior representa 49,58% do total.

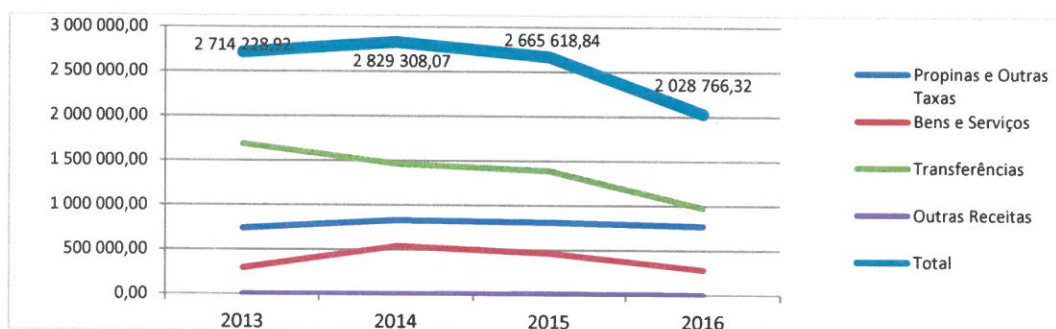


Gráfico 4 – Evolução dos recebimentos de receitas próprias

Os recebimentos de propinas ascenderam a 435.573,66€, cabendo o montante de 171.225,79€ a propinas de cursos de 2º ciclo e o montante de 264.347,87€ a propinas de cursos de 3º ciclo.

Transitou por receber de propinas o montante total de 120.166,48€, sendo 43.205,78€ de cursos de 2º ciclo e 76.960,70€ de cursos de 3º ciclo. Refira-se, no entanto, que neste valor incluem-se 41.000,00€ de propinas (30.000,00€ de 2º ciclo e 11.000,00€ de 3º ciclo) relativos ao Mestrado e Doutoramento em Medicina Tropical, no âmbito do Convénio de Cooperação firmado entre a Universidade Estadual do Sudoeste da Baía (UESB) e o IHMT, que entretanto, no início de 2017, foram liquidados pela UESB.

Assinala-se, ainda, que no ano letivo 2016/2017 foi alterada o modo de faturação das propinas. Deixou-se de faturar o valor total das propinas no início do ano letivo e passou-se a faturar 50% do valor das propinas no ato da matrícula e os restantes 50% do valor das propinas no início de 2017. Esta alteração permitiu ao aluno incluir a despesa com as suas propinas, para efeitos fiscais, no ano civil em que ocorreu o seu pagamento. Decorrente desta alteração o valor em dívida de propinas de 2016 não é comparável com o valor de 2015.

Decorreu a 7ª edição do mestrado em Microbiologia Médica, partilhado ente 4 unidades orgânicas da UNL, Instituto de Tecnologia Química e Biológica (ITQB), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) e Faculdade de Ciências Médicas (FCM) e IHMT. Neste âmbito arrecadou-se 22.845,09€ de propinas referentes ao 1º ano.

Por sua vez, a FCT procedeu à transferência de propinas, referentes a alunos que beneficiam de bolsas pela frequência no programa de doutoramentos do IHMT, relativamente ao ano de 2015 e 2016, no montante de 19.250,00€.

Em 2016, os recebimentos provenientes do serviço internacional de vacinação aos viajantes ascenderam a 320.834,94€, correspondendo a 15.177 vacinas administradas.

SH
LC
R.

A receita de vacinas aumentou 3,59% face ao período análogo, isto apesar do número total de inoculações ter diminuído, de 15.991 em 2015 passou para 15.177 em 2016. O acréscimo da receita deve-se essencialmente ao aumento do número de inoculações da vacina contra a encefalite japonesa (acrécimo de 361 inoculações, num total de 662) e da vacina contra a raiva (acrécimo de 159 inoculações, num total de 246). O número total de inoculações das restantes vacinas diminuiu em 1.334.

Desde o ano 2013, todas as vacinas passaram a ser adquiridas diretamente no mercado aos laboratórios autorizados pela Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P. (INFARMED). Em 2016, a despesa com a aquisição das vacinas ascendeu a 201.695,53€. É expectável que as vacinas em stock gerem receitas na ordem dos 66.869,02€ no próximo ano.

(em euros)

DESIGNAÇÃO	2013	2014	2015	2016	Δ(14/13)%	Δ(15/14)%	Δ(16/15)%
Consultas	585,00	855,00	2 880,00	1 220,00	46,15	236,84	-57,64
Análises clínicas:							
Hospitais/Centros Hospitalares	46 740,41	69 289,60	101 513,87	65 087,55	48,24	46,51	-35,88
Utentes	32 078,58	39 085,57	35 003,43	36 206,32	2184	-10,44	3,44
Estudos, pareceres e projetos	62 980,77	233 444,49	154 567,77	89 538,47	270,66	-33,79	-42,07
Outros bens e serviços	150 515,18	195 910,75	168 352,58	90 336,53	30,18	-14,07	-46,34
TOTAL GERAL	292 899,94	538 585,41	462 317,65	282 388,87	83,88	-14,16	-38,92

Quadro 4 – Evolução da execução da receita – Prestações de serviços

No que respeita a recebimentos provenientes de serviços de análises clínicas a hospitais e centros hospitalares assistiu-se a uma redução de aproximadamente 35,88% face ao ano anterior. No final do ano, o valor total por receber dos hospitais e centros hospitalares ascendia a 103.506,60€. A dívida destas instituições com antiguidade superior a 90 dias cifrava-se em 79.416,63€, encontrando-se 65,93% da dívida concentrada em dois centros hospitalares (Centro Hospitalar Lisboa Ocidental – 34.051,10€; Centro Hospitalar Lisboa Norte - 18.308,95€).

Por sua vez, a receita gerada com análises clínicas a utentes aumentou, totalizando o montante de 36.206,32€, correspondendo a um acréscimo de 3,44% face ao ano anterior.

HL
HC
R.

(em euros)	
IDENTIFICAÇÃO	MONTANTE
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E	42 145,57
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	18 803,45
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	13 018,50
Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE	6 057,30
Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER	4 770,00
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	4 651,48
Centro Hospitalar Barreiro Montijo EPE	4 076,30
Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE	3 003,00
Hospital Distrital de Santarém, EPE	2 350,00
Hospital Garcia de Orta, EPE	1 806,10
Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, EPER	1 270,00
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	428,40
Hospital da Horta, EPER	400,00
EMGFA - HFAR	183,00
Centro Hospitalar do Oeste	150,00
Hospital das Descobertas - SGHD, SA	150,00
Centro Hospitalar de São João, EPE	89,00
Hospital Prof. Doutor Fernando da Fonseca, E.P.E	79,00
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	40,00
Centro Hospitalar Baixo Vouga, EPE	35,50
TOTAL GERAL	103 506,60

Quadro 5 – Detalhe das dívidas de hospitais e centros hospitalares

No que respeita a receitas geradas resultantes de estudos, pareceres, projetos e consultoria na ordem dos 89.538,47€, realça-se os contratos de prestação de serviços com a Universidade de Bari (recebimentos na ordem dos 14.725,00€), com a Liga Portuguesa contra a Sida (recebimentos na ordem dos 24.372,00€), com o Instituto de Medicina Molecular (recebimentos na ordem dos 14.205,66€), com a *Bayer Animal Health GMBH* (recebimentos na ordem dos 8.500,00€), com a VentilAQUA (recebimentos na ordem dos 7.964,25€), com a *Merial* (recebimentos na ordem dos 4.800€) e com o Instituto Ricardo Jorge (recebimentos na ordem dos 4.428,00€).

No âmbito da receita gerada com outros serviços, salienta-se as comparticipações dos utilizadores do estacionamento de 12.533,00€, a renda proveniente da concessão de exploração anual da cantina no valor de 5.347,55€ e a receita de 5.327,13€ pelo aluguer de espaços.

Dentro desta rubrica, salienta-se, ainda, a receita recebida da CESO no valor de 19.977,38€, da Universidade de *Bangor* no valor de 9.726,00€ e da Pfizer no valor de 16.000,00€.

No que respeita à venda de bens, realça-se a receita resultante da venda do Boletim Internacional de Vacinação na ordem dos 6.324,66€.

Os recebimentos de transferências correntes e de capital decresceram cerca de 29,59%, correspondendo a uma diminuição de 410.291,89€.

04
LC
R.

	(em euros)			
DESIGNAÇÃO	2013	2014	2015	2016
Administração Central do Estado	10 000,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Fundos Autónomos				
Administração Central do Sistema de Saúde	0,00	0,00	77 039,19	46 688,48
Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.	0,00	0,00	0,00	17 333,00
Escola Nacional de Saúde Pública UNL	0,00	0,00	0,00	9 579,70
Faculdade de Ciências e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	3 312,27
Faculdade de Ciências Médicas	0,00	0,00	0,00	507,30
Faculdade de Farmácia UL	40 663,73	0,00	38 199,07	0,00
Faculdade de Medicina Veterinária UTL	4 854,60	31 850,63	0,00	44 128,92
Fundação p/ Ciência e Tecnologia	1 267 555,25	1 203 095,17	883 955,52	642 931,85
Instituto de Investigação Científica e Tropical	14 388,80	9 400,00	2 500,00	0,00
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge	0,00	6 000,00	0,00	0,00
Instituto Superior de Agronomia UTL	8 926,20	7 794,06	2 549,92	7 100,00
Instituto Superior Técnico UTL	1 742,89	0,00	0,00	0,00
Instituto de Tecnologia Química e Biológica	0,00	0,00	12 074,99	10 000,00
Nova Sbe Faculdade de Economia	0,00	0,00	0,00	2 926,65
Reitoria UNL	0,00	0,00	27 806,00	10 899,86
Universidade do Minho	0,00	529,24	7 235,83	12 540,85
Outros	0,00	14 142,00	1 487,00	312,73
Instituições privadas e sem fins lucrativos				
ADEIM - Ass. p/ Desenvolvimento Ensino e Inv. Microbiologia	15 966,68	2 850,03	28 126,52	24,00
Ciência Viva - Agência Nacional p/Cultura Científica e Tecnológica	11 417,29	2 467,80	7 173,60	1 932,00
Centro de Ciências do Mar	9 642,33	1 928,47	16 451,72	3 828,12
Faculdade de Ciências UP	4 368,59	0,00	0,00	0,00
Fundação Calouste Gulbenkian	7 600,00	5 794,28	20 000,00	5 533,80
Fundação da Faculdade de Ciências e Tecnologia UNL	1 741,64	0,00	0,00	1 982,10
GAT - Grupo Português de Activistas s/ Tratamentos de VIH/SIDA	3 451,20	7 561,20	4 200,00	0,00
IBMC - Instituto de Biologia Molecular e Celular	0,00	6 071,70	0,00	0,00
Gilead Sciences, Lda	0,00	0,00	30 000,00	0,00
Pfizer Biofarmacêutica	0,00	0,00	0,00	5 000,00
Santander Totta	0,00	0,00	0,00	8 250,00
Outros	7 500,00	4 613,18	6 903,97	5 025,16
Exterior				
União Europeia	273 973,56	159 382,75	34 014,87	37 197,02
Outros	0,00	0,00	186 799,70	99 192,20
TOTAL	1 683 792,76	1 463 480,51	1 386 517,90	976 226,01

Quadro 6 – Detalhe das transferências de receita correntes e de capital

Face ao período homólogo, as transferências da FCT diminuíram cerca de 27,27%, as provenientes do resto do mundo diminuíram cerca de 46,9% e as oriundas de instituições privadas sem fins lucrativos diminuíram cerca de 72,02%. Este decréscimo deve-se essencialmente à redução do número de projetos financiados. Em 2016, encontravam-se em curso 22 projetos com financiamento, menos 12 projetos relativamente ao ano anterior.

Relativamente ao projetos financiados por entidades externas, salienta-se que, em 2016, encontravam-se em curso apenas o projeto “Artificial diet complemented with a human blood fator” financiado pela

Fundação Bill & Melinda Gates, os projetos financiados pela UE “*A global alliance for Zika vírus control and prevention*” e “*BERENICE*”, assim como alguns projetos financiados pela Organização Mundial de Saúde.

Da FCT contabilizaram-se transferências no âmbito de projetos de investigação na ordem dos 293.265,42€. Em 2016, estavam em curso 11 projetos financiados pela FCT e destes terminaram 4 no final do ano.

Quanto ao financiamento dos projetos estratégicos encerrados das unidades de I&D, UPMM e CMDT, recebeu-se o reembolso final no valor de 158.455,44€. Recebeu-se, ainda, financiamento no montante de 22.956,51€ para o centro de I&D *Global Health and Tropical Medicine* (GHTM).

As transferências no âmbito dos programas de contratação de investigadores doutorados ascenderam a 148.504,48€. Refira-se que a FCT pagou parte do financiamento em atraso, no montante de 33.724,16€, referente ao Programa Ciência.

Por sua vez, as candidaturas no âmbito do Fundo de Apoio à Comunidade Científica (FACC) e no âmbito do Convénio FCT/CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) ascenderam a 500,00€.

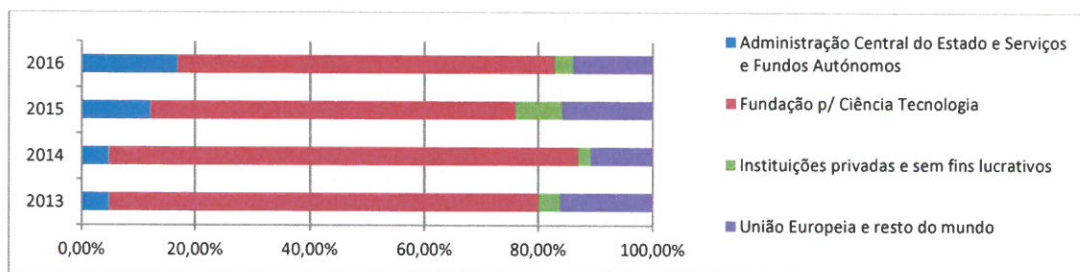


Gráfico 5 – Evolução das transferências correntes e de capital

A FCT continua a ter um peso significativo no financiamento da atividade de investigação desenvolvida, representando 65,86% das transferências totais, bem como as entidades externas representando 13,97% das transferências totais. As receitas com origem em Serviços e Fundos Autónomos, excluindo FCT, ascenderam a 165.329,76€, correspondendo a 16,94% das transferências totais, as transferências provenientes de instituições privadas e de instituições sem fins lucrativos cifraram-se em 31.571,18€, representando 3,23% das transferências totais.

(em euros)

DESIGNAÇÃO	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	Δ(14/13)%	Δ(15/14)%	Δ(16/15)%
1- Despesas correntes	2 294 328,89		2 736 371,75		2 307 666,77		2 124 299,21		19,27	-15,67	-7,95
a)- Pessoal	760 836,09	33,16	561 294,16	20,51	521 157,05	22,58	322 253,75	15,17	-26,23	-7,15	-38,17
b)- Outras despesas	1 533 492,80	66,84	2 175 077,59	79,49	1 786 509,72	77,42	1 802 045,46	84,83	4,184	-17,86	0,87
2- Despesas de capital	55 447,29		99 536,93		138 279,40		211 154,37		79,52	38,92	52,70
TOTAL GERAL (1+2)	2 349 776,18		2 835 908,68		2 445 946,17		2 335 453,58		20,69	-13,75	-4,52

Quadro 7 – Evolução da execução da despesa – receitas próprias

Em 2016, as receitas próprias financiaram todas as estruturas básicas de apoio à atividade do Instituto. Nestas incluem-se:

- Fornecimentos de água e eletricidade (150.620,62€);
- Serviços de segurança e vigilância (76.757,28€);
- Serviços de limpeza e higiene (58.264,96€);
- Material e Serviços de conservação e reparação de edifícios e equipamentos (48.290,31€), no qual se incluem a pequena obra efetuada no corredor da biblioteca, a transferência da sala de aulas de computadores do Piso -1 para o Piso 1, a reparação das infiltrações na ADMT;
- Serviços de assistência técnica a edifícios, equipamento informático, administrativo e básico (94.052,68€);
- Serviços de consultoria de comunicação (39.999,60€);
- Impressões, publicidade e outros bens e serviços de comunicação e imagem (26.896,29€);
- Serviços de monitorização de informação (3.690,00€);
- Serviços de comunicações fixas de voz, móveis, acessos à internet e correios (11.383,71€);
- Serviços de licenciamentos de aplicações informáticas (13.390,47€);
- Fornecimentos de gás e combustível para o gerador de emergência (16.701,96€);
- Fornecimentos de azoto e serviço de aluguer de garrafas industriais (18.439,44€);
- Serviços de fiscalização e auditoria (9.003,60€);
- Serviços de lavandaria e tratamento de vestuário (6.140,16€);
- Serviços de consultoria técnica - Biotério (6.088,56€);
- Animais, alimentação, camas e outro material – Biotério (13.523,87€);
- Serviços de recolha e tratamento de resíduos (4.705,76€);
- Material de limpeza e higiene, material de escritório, material elétrico e outro material (18.222,38€);
- B-On e software anti-plágio (4.697,14€);
- Combustível, estacionamento, portagens da viatura (2.347,16€);
- Pessoal afeto ao Biotério, aos serviços de comunicação e biblioteca (75.193,21€).

À semelhança de anos anteriores, realizaram-se aquisições de bens e serviços ao abrigo dos respetivos Acordos Quadro (contratação centralizada e transversal de compras públicas) e através da Unidade Ministerial de Compras da Secretaria - Geral do Ministério da Educação e Ciência, a preços mais atrativos resultantes das sinergias e economias de escala obtidas, nomeadamente a aquisição de material de escritório, a aquisição de mobiliário de escritório, o fornecimento de gás natural, o fornecimento de eletricidade, os serviços de vigilância e segurança, o fornecimento de combustíveis rodoviários, o licenciamento “Microsoft Campus and School Agreement” e o acesso à plataforma de contratação pública.

As receitas próprias e as transferências de entidades financiadas pelo OE e UE mantêm a autossustentabilidade das atividades. O ensino pós-graduado é financiado pelas propinas e demais emolumentos, a investigação é financiada por concursos públicos competitivos e por outros financiamentos, tais como subsídios e donativos, a prestação de serviços à comunidade é financiada pelas taxas de vacinação, pelas receitas das análises clínicas entre outras diretamente relacionadas com esta atividade.

As despesas com a aquisição de reagentes e consumíveis de laboratório, com deslocações e estadas, bolsas de investigação e transferências para parceiros e outras aquisições de bens e serviços diretamente relacionados com as principais atividades da instituição, decresceram cerca de 3,56% face ao ano anterior, ascendendo a 846.074,78€.

Importa referir ainda, que até finais do ano 2012, não existiam quaisquer custos com aquisição de vacinas, pois as mesmas eram cedidas pela ARSLVT. A inversão desta prática acarretou custos para o Instituto no corrente ano no total de 201.695,53€. Acresce, ainda, a aquisição de boletins de vacinação no valor de 3.250,00€.

Por fim, os investimentos de capital aumentaram 52,70%, contabilizando-se despesas na ordem dos 211.154,37€. Com efeito, em 2016, realizaram-se um conjunto de obras e adquiriram-se equipamentos por forma a dotar a instituição de instalações e equipamentos mais modernas consentâneos com as atividades de ensino e investigação desenvolvidas. Destacam-se os seguintes investimentos:

- Empreitada de reconstrução do muro de vedação nascente (15.635,80€);
- Empreitada de construção de laboratório no Piso 1 do Edifício Principal (23.689,54€);
- Mobiliário de escritório para a nova ala da UEI de Saúde Pública internacional e Bioestatística (14.014,87€);
- Criação de Biobanco e reestruturação da Sala do Azoto Líquido (46.438,82€);
- Equipamento básico (29.221,66€);
- Aparelhos de ar condicionado, ventiladores e desumidificadores (8.092,48€);
- Equipamento informático (41.333,97€);

- Candeeiros para postes e iluminação exterior (5.679,54€);
- Sistema de transmissão de *streaming* móveis (10.335,57€);
- Cavaletes para posters (3.068,85€).

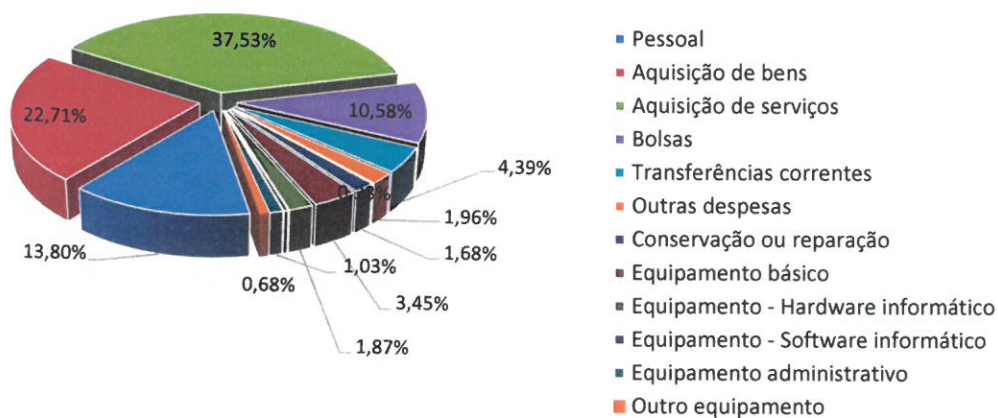


Gráfico 6 – Pagamentos de receitas próprias correntes e capital, por natureza

2.2. Análise da situação financeira e patrimonial

2.2.1. Balanço

À data de encerramento, o total do ativo líquido ascende a 22.383.265,81€ e o total do passivo ascende a 2.912.972,92€, sendo os Fundos Próprios de 19.470.292,89€ (incluindo o resultado líquido negativo 376.733,53€).

O imobilizado corpóreo e incorpóreo bruto atinge o valor de 34.378.476,52€, ao qual correspondem 14.884.583,60€ de amortizações. Os aumentos de ativo bruto ascenderam a 26.616.029,25€, destacando-se o incremento no ativo relativo à contabilização dos imóveis e do terreno do Instituto tendo por base a reavaliação efetuada no ano de 2009 pelo Eng.º Civil Tomás Alberto Cardoso Aires - Perito da Lista Oficial do Ministério da Justiça. Os abates traduziram-se numa redução de 11.921,29€.

Relativamente ao ativo circulante, as existências finais em armazém valorizam-se em 20.774,19€. De salientar que os materiais de laboratório e reagentes, adquiridos diretamente para as unidades de ensino e investigação, encontram-se contabilizados como consumos na data da respetiva aquisição, dado que a maior parte destas aquisições são para consumo imediato.

As dívidas de terceiros ascendem a 292.748,42€, correspondendo a alunos o montante de 82.922,98€; a hospitais e outras unidades hospitalares o montante de 103.506,60€ e a outros clientes o montante de 106.318,84€.

A provisão para créditos de cobrança duvidosa foi reduzida em 25.122,19€, justificada pelo recebimento de dívidas de hospitais e unidades hospitalares na ordem dos 12.482,19€ e pelo recebimento de dívidas de alunos na ordem dos 12.640,00€. Reforçou-se a provisão para créditos de cobrança duvidosa em mora há mais de um ano para hospitais e unidades hospitalares em 22.804,95€, alunos em 22.220,07€ e outros clientes em 5.400,19€, totalizando 50.425,21€.

O saldo de encerramento decompõe-se em 220,78€ de valores de caixa, em 491.511,46€ de depósitos na banca comercial e 1.376.214,32€ de depósitos no IGCP – Agência da Tesouraria e da Dívida Pública.

Contabilizaram-se acréscimos de proveitos na ordem dos 265.764,36€ no âmbito de financiamentos de projetos que se prevê as respetivas transferências no exercício seguinte, mas cujos custos já foram suportados.

No que respeita ao passivo, as dívidas a terceiros ascendem a 157.028,87€, correspondendo maioritariamente a despesa de fundos alheios, nomeadamente a quantia de 64.851,00€ referente a IRS dependente e independente referentes a dezembro; 3.626,47€ referente ao IVA do mês de dezembro; as quantias de 59.181,05€ e 25.693,99€ dizem respeito, respetivamente, a contribuições para a CGA e SS

provenientes do processamento de vencimentos de dezembro; o montante de 1.571,20€ reporta a cauções de fornecedores e o montante de 1.670,91€ refere-se a valores recebidos indevidamente. No que respeita a fornecedores ficou pendente de pagamento o montante de 434,25€.

A rubrica de acréscimos de custos no montante de 544.254,53€ espelha a estimativa apurada com as remunerações de férias, subsídio de férias e encargos da entidade patronal a liquidar no exercício seguinte. A rubrica de proveitos diferidos ascende a 2.211.689,52€, compreende o montante de 333.500,00€ de propinas de mestrados e doutoramentos, o montante de 678.685,34€ de projetos de investigação e o montante de 1.199.504,18€ referente a subsídios para investimentos.

2.2.2. Demonstração de resultados por natureza

Os custos e perdas totais ascendem a 6.372.302,35€ e o total dos proveitos ascendem a 5.995.568,82€, pelo que o exercício foi encerrado com um resultado líquido negativo no valor de 376.733,53€.

O resultado do exercício é em grande parte motivado pelo abrandamento das atividades investigação e prestações de serviços à comunidade, contudo importa salientar que o incremento do património imóvel do Instituto no ativo, reavaliado em 2009, a par das obras de requalificação do edifício e laboratórios traduziram-se num aumento de 256,41% dos custos com amortizações do exercício desta natureza.

Os custos e perdas operacionais do exercício aumentaram 2,60% ascendendo a 6.148.048,94€, correspondendo 64,65% a custos com o pessoal; 22,54% a custos com fornecimentos e serviços externos; 6,73% a custos com amortizações e provisões do exercício; 5,69% a custos com transferências correntes concedidas e prestações sociais; 0,22% ao custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e 0,17% a outros custos operacionais.

Os custos e perdas extraordinários aumentaram 42,33% ascendendo a 211.747,95€, dos quais 94,94% referem-se a custos incorridos no âmbito da especialização de projetos de investigação e da especialização de estimativas com remunerações.

Os custos e perdas financeiras cresceram 39,11% ascendendo a 12.505,46€, dos quais 55,53% referem-se descontos financeiros provenientes da redução de 5% concedida aos alunos que liquidam as propinas na modalidade de pronto pagamento e 40,22% a custos com serviços bancários, correspondendo o remanescente a custos com diferenças de câmbio desfavoráveis.

Os proveitos e ganhos operacionais ascenderam a 5.744.249,58€ (mais 1,55% do que em 2015), dos quais 63,45% respeitam a proveitos associados às transferências do OE; 19,81% a transferências e subsídios correntes obtidos; 11,35% a proveitos provenientes de impostos e taxas; 4,90% a proveitos de vendas e prestações de serviços e 0,48% a proveitos suplementares.

Os proveitos e ganhos extraordinários ascenderam a 251.226,34€ (menos 41,97% do que em 2015), dos quais 55,42% referem-se a proveitos reconhecidos oriundos da especialização de projetos de investigação e da especialização de estimativas com remunerações. Os proveitos no âmbito dos subsídios ao investimento foram reconhecidos de forma consistente e proporcional com as amortizações dos bens a que se destinaram, correspondendo a 34,44% dos proveitos desta natureza. Por sua vez, as reduções de provisões correspondem a aproximadamente 10% destes ganhos.

Os proveitos e ganhos financeiros corresponderam a 92,90€, dos quais 65,69% referem-se a descontos obtidos em pagamentos.

3. Perspetivas

O Conselho de Gestão definiu para o ano de 2017 um Plano de Ação, que assenta nos seguintes objetivos estratégicos, agrupados em 3 áreas: Ensino, Investigação e Cooperação.

Ensino

- ✓ Assegurar a qualidade e a eficiência no ensino, incluindo a formação técnico-profissional e direcionar a oferta pedagógica para mercados específicos, deslocalizando-o quando apropriado e reforçando o EAD quando oportuno;
- ✓ Criar novos Programas de Ensino.

Investigação

- ✓ Alinhar a investigação nas áreas de excelência do GHTM, reforçando a capacidade tecnológica e identificando novas áreas de trabalho.

Cooperação

- ✓ Manter a oferta de cursos partilhados e criar novos;
- ✓ Participar em projetos de investigação conjuntos;
- ✓ Assegurar a qualidade e a eficiência no ensino, incluindo a formação técnico-profissional, colaborando com outras universidades portuguesas;
- ✓ Assegurar a qualidade e a eficiência no ensino, colaborando com universidades internacionais, quando vantajoso;
- ✓ Garantir uma capacidade de resposta rápida a emergências;
- ✓ Alinhar a cooperação e apoio ao desenvolvimento com o reforço de redes de instituições de formação, investigação e de prestação de cuidados de saúde nos países lusófonos;
- ✓ Reforçar a presença e colaboração com instituições de cooperação multilateral;
- ✓ Valorizar a vertente clínica das atividades institucionais;

O Conselho de Gestão,

